3ª Reunião Ordinária 01/2021 do Comitê do SIAUD-Jud

1. Identificação da reunião

Data da reunião e encerramento da Ata	Horário				Local	Coordenador da reunião
25/03/2021	Início:	14:00	Término:	16:00	Virtual. TEAMS	Sr. Anderson Rubens de Oliveira Couto

2. Informes gerais

Inicialmente, o Sr. Anderson Rubens de Oliveira Couto, presidente do Comitê, fez a abertura da reunião dando boas-vindas aos novos membros, que ingressaram após a última reunião realizada em novembro/2020.

Na sequência, enfatizou sobre a importância da criação da Comissão Permanente de Auditoria - CPA, composta por três conselheiros do CNJ, como forma de dar a visão institucional relacionada às deliberações do comitê. Informou ainda que a CPA tem sua primeira reunião marcada, a princípio, para o dia 07/04/2021, oportunidade em que será apreciada a proposta deliberada no comitê sobre a Instrução Normativa n. 84/2020 do TCU. Com isso, espera que se tenha a posição oficial da Comissão Permanente de Auditoria sobre a questão.

O Sr. Anderson informou, também, que já está em contato com o DICON para utilizar uma possível deliberação da CPA no sentido de ajudar no diálogo junto ao Tribunal de Contas da União com relação às implicações da Instrução Normativa n. 84/2020. Além disso, cientificou os membros do comitê sobre a instalação dos CUMPRIDECs relacionados ao acompanhamento do cumprimento das obrigações emanadas pelas Resoluções CNJ n. 308/2020 e n. 309/2020.

O Sr. Anderson indagou se os representantes do comitê gostariam de fazer algum comentário e o Sr. Miguel (TRE-PA) questionou se o acompanhamento feito por meio do CUMPRIDEC se daria por meio de questionário. Foi informado que, provavelmente, será por meio de ofício do CNJ em que se deve questionar os pontos a serem cumpridos.

Em seguida deu início às discussões propostas em pauta, as quais foram tratadas nos seguintes tópicos, com os devidos encaminhamentos:

Tópico	Descrição resumida
1	<ul style="list-style-type: none"> O Sr. Anderson (CNJ) informou que embora tenha havido quatro proposições aprovadas na última reunião, duas delas não constaram na pauta. Uma foi retirada da pauta tendo em vista a saída do membro do comitê, mas que o assunto será assumido pelo CNJ. Quanto a outra proposição não incluída em pauta, deveu-se à solicitação do novo membro, que alegou que seria necessário um estudo mais aprofundado da questão para melhor desenvolver o tema e apresentar a proposta. O presidente do comitê informou ainda que a proposta do Sr. Marcus (TRT-20) chegou a constar na pauta, mas que foi retirada momentaneamente. Esclareceu, portanto, que o tema retornará em momento oportuno. Foi informado que a retirada da pauta se deu por conta que a equipe do CNJ está em tratativas com o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA) para estabelecer um acordo que venha trazer benefícios para todos os servidores que atuam nas auditorias internas do Poder Judiciário. <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não há.
2	<ul style="list-style-type: none"> Sr. Anderson (CNJ) deu prosseguimento à pauta e passou a tratar do item “Ação Coordenada de Auditoria” que foi aprovado na reunião do dia 26/11/2020. Foi informado

que o escopo ampliado da ação coordenada havia ficado em suspenso, tendo em vista as incertezas da pandemia de COVID-19.

- Diante da necessidade de adaptação do escopo da ação coordenada de 2021, foi deixado em aberto a avaliação de todo escopo em 2021, mas que diante das incertezas provocadas pelo momento trouxe a sugestão de fazer somente a proposta de acessibilidade digital. E que se fosse da vontade do comitê poderia ser feita parte do escopo neste ano e a outra parte em 2022.
- Diante da necessidade de adaptação do escopo, foi aberta a palavra aos membros para manifestação prévia, antes da votação, sobre a proposta apresentada.
- Sr. Miguel (TRE-PA) concordou com a proposta de realizar somente a avaliação da acessibilidade digital neste ano, tendo em vista que a avaliação física poderia ficar comprometida. Se posicionou pela priorização da avaliação do acesso aos serviços digitais. Externou, no entanto, sua preocupação em relação à capacitação dos servidores da equipe, especialmente para a realização das avaliações físicas. E questionou sobre a possibilidade de quando se tratar de aplicação das normas ABNT, a equipe ter o acompanhamento de um arquiteto ou quando se tratar de questões de informática, de um profissional de T.I.
- Sr. Rogers (STM) concordou com a restrição do escopo para que fosse feita somente a avaliação da acessibilidade digital, principalmente relacionada às questões dos sistemas que são usados nos tribunais.
- Sr. Sidney (TJ-PB) também concordou com a proposta de escopo reduzida, informando que na sua cidade encontra-se com restrições para deslocamento.
- Sr. Ivo (STJ) destacou que a política de acessibilidade é bem antiga, mas que as condições práticas de implementação de medidas iguais para todos são bastante complicadas. Pontuou que no serviço público ainda se tem um apoio maior. Citou como exemplo o Tribunal de Contas da União que tinha uma comissão para adequação de toda estrutural predial e, também, de estações de trabalho, equipamentos e máquinas para os diversos casos de deficiência que se apresentava. Informou que, na visão dele, parece ser um trabalho mais tático e que de modo virtual não teria a mesma efetividade de que quando se visita os locais, visita os ambientes e interage com as pessoas. Finalizou dizendo que na visão dele a questão da acessibilidade está bastante comprometida com a questão da pandemia de COVID-19.
- Diante das ponderações dos membros do comitê o Sr. Anderson (CNJ) colocou o tema em votação.
- A votação nominal foi nos seguintes termos:

	Nome	Auditoria em Acessibilidade Digital em 2021
1	Sr. Ivo Mutzemberg	Não
2	Sr ^a Érika de Oliveira dos Santos Scozziero	Sim
3	Sr ^a Eva maria Ferreira Barros	Não
4	Sr. Rubens Luíz Murga Silva	Não
5	Sr. Rogers Gonçalves Velloso de Assis	Sim
6	Sr. Rilson Ramos de Lima	Não
7	Sr ^a . Marília André da Silva Meneses Graça	Não
8	Sr. Antônio Cláudio dos Santos Rosa	Não
9	Sr. Marcus Vinícius Reis de Alcântara	Não
11	Sr. Frederyk Chopin Arantes	Sim
12	Sr. Sidney Brito da Silva	Não
13	Sra. Aretha Rodrigues Schulz Tenório	Sim
14	Sr. Tiago Silva Guimarães	Não
15	Sr ^a Luciana Mendes (substituta)	Não
16	Sr ^a Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib	Sim
17	Sr. Maurício Cardoso Segundo	Sim

	<ul style="list-style-type: none"> • Diante da votação, foi definido pela transferência da integralidade da Ação Coordenada de Auditoria do ano de 2021 para o ano de 2022. <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A proposta aprovada no âmbito do Comitê será submetida à Comissão Permanente de Auditoria, para deliberação.
3	<ul style="list-style-type: none"> • Para dar prosseguimento à pauta, o Sr. Anderson passou a palavra ao Sr. Antônio Cláudio (TRT-MG). • O Sr. Antônio Cláudio (TRT-MG) apresentou sua proposta na qual sugere a padronização dos endereços de <i>e-mail</i> das unidades de auditoria dos tribunais e conselhos pertencentes ao SIAUD-Jud. • A proposta (anexa a esta ata) seria para que os tribunais utilizassem o seguinte endereço padrão: auditoria@[sigla do tribunal/conselho].jus.br. • Levada à votação, a proposta do Sr. Antônio Cláudio foi aprovada por unanimidade dos membros presentes no momento da votação. • A Sra. Érika (TSE) não estava presente no momento da votação. <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A proposta aprovada no âmbito do Comitê será submetida à Comissão Permanente de Auditoria, para deliberação.
4	<ul style="list-style-type: none"> • Dando continuidade à pauta, o Sr. Anderson (CNJ), explanou sobre a necessidade de padronização das atividades de auditoria do Poder Judiciário, prevista na Resolução CNJ n. 309/2020. • Afirmou, portanto, que a confecção do Manual de Auditoria deve ser desenvolvida como um trabalho amplo de um grupo, que fará uma proposta única para o Poder Judiciário. • Justificou a necessidade de quatro membros no grupo de trabalho destacado para essa finalidade, além da equipe do CNJ, que prestará o assessoramento. • Foi sugerido que os tribunais, que possuam manuais ou não, pudessem se voluntariar para compor o referido grupo de trabalho. • Foram voluntários para composição do grupo de trabalho para confeccionar o Manual de Auditoria do Poder Judiciário, os seguintes membros: Sr. Miguel (TRE-PA), Sr. Frederick Chopin (TRE-SP), Sr. Antônio Cláudio (TRT-MG) e Sr. Rogers (STM). <p>Encaminhamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há.
5	<ul style="list-style-type: none"> • O Sr. Anderson (CNJ) passou ao último item da pauta, e abriu a palavra a quem tivesse interesse em propor assuntos para serem levados à pauta da próxima reunião ordinária do comitê. • O Sr. Miguel (TRE-PA) sugeriu abordar na próxima reunião aspectos para implementação da LGPD, bem com os reflexos sobre a nova lei de licitações. • Sobre a proposta relacionada à LGPD, o Sr. Anderson (CNJ) esclareceu que o CNJ editou recentemente resolução com diretrizes para implementação em todo o Poder Judiciário. • Sobre a nova lei de licitações, o Sr. Anderson (CNJ) informou que esse tema estará presente no Plano de Capacitação a ser promovido pelo CNJ, tendo em vista o impacto da atuação da auditoria interna. Afirmou ainda que um posicionamento poderia ser feito no âmbito do comitê, a qual poderá ser levado à Comissão Permanente de Auditoria para aplicação no Poder Judiciário.

	<ul style="list-style-type: none"> • O Sr. Miguel (TRE-PA) elaborará proposta a ser incluída na próxima reunião do comitê sobre os impactos da nova lei de licitações na atividade de auditoria interna. • O Sr. Rogers (STM) retomou a importância dos aspectos de implementação da LGPD previsto na Resolução CNJ n. 360/2021 e as maneiras de acompanhar a aderência à norma. • O Sr. Anderson (CNJ) informou que a equipe do CNJ entraria em contato com o Sr. Rogers para definir melhor a proposta relacionada à LGPD. • O Sr. Anderson (CNJ) encerrou a reunião reconhecendo os avanços nas propostas do comitê e a perspectiva de efetivo funcionamento da Comissão Permanente de Auditoria. <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há.
--	---

3. Membros do comitê participantes (18/18)

Nome do participante		Conselho/Tribunal
1.	Sr. Anderson Rubens de Oliveira Couto (presidente)	Conselho Nacional de Justiça - CNJ
2.	Sr. Ivo Mutzemberg	Superior Tribunal de Justiça- STJ
3.	Sr ^a Érika de Oliveira dos Santos Scozziero	Tribunal Superior Eleitoral- TSE
4.	Sr ^a Eva maria Ferreira Barros	Conselho da Justiça Federal - CJF
5.	Sr. Rubens Luíz Murga Silva	Tribunal Superior do Trabalho - TST
6.	Sr. Rogers Gonçalves Velloso de Assis	Superior Tribunal Militar- STM
7.	Sr. Rilson Ramos de Lima	Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT
8.	Sr ^a . Marília André da Silva Meneses Graça	Tribunal Regional Federal - 1 ^a Região
9.	Sr. Antônio Cláudio dos Santos Rosa	Tribunal Regional do Trabalho - 3 ^a Região
10.	Sr. Marcus Vinícius Reis de Alcântara	Tribunal Regional do Trabalho - 20 ^a Região
11.	Sr. Miguel Chicre Bitar de Moraes	Tribunal Regional Eleitoral do Pará- TRE-PA
12.	Sr. Frederyk Chopin Arantes	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo- TRE- SP
13.	Sr. Sidney Brito da Silva	Tribunal de Justiça da Paraíba- TJPB
14.	Sra. Aretha Rodrigues Schulz Tenório	Tribunal de Justiça de Alagoas- TJAL
15.	Sr. Tiago Silva Guimarães	Tribunal de Justiça do Pará- TJPA
16.	Sr ^a Luciana Mendes (substituta)	Tribunal de Justiça do Mato Grosso- TJMT
17.	Sr ^a Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib	Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG

Nome do participante		Conselho/Tribunal
18.	Sr. Maurício Cardoso Segundo	Tribunal de Justiça do paraná- TJPR

ANEXO**OFÍCIO TRT-MG N. SEAUD 013/2021**

Belo Horizonte, 09 de março de 2021

À Sua Senhoria o Senhor

ANDERSON RUBENS DE OLIVEIRA COUTO

Secretário de Auditoria do Conselho Nacional de Justiça – SAU/CNJ

Assunto: Proposição de padronização dos endereços de correio eletrônico das Unidades de Auditoria Interna do Poder Judiciário.

Senhor Secretário,

Vimos, respeitosamente, considerando que o Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário – SIAUD-Jud visa organizar o processo de auditoria em âmbito nacional, uniformizando procedimentos de auditoria, definindo diretrizes e estabelecendo parâmetros para a atividade de auditoria interna do Poder Judiciário, conforme art. 9º da Resolução CNJ 308/2020, recomendar a padronização dos endereços de correio eletrônico (*e-Mail*) das Unidades de Auditoria Interna do Poder Judiciário.

Pretende-se com essa padronização que as referidas Unidades utilizem, o nome de usuário “auditoria” e, como domínio, a sigla do Tribunal acrescido de “jus.br”, adotando-se o modelo **“auditoria@[sigla do tribunal].jus.br”**, consoante se verifica nos seguintes exemplos: **auditoria@trt3.jus.br; auditoria@trt5.jus.br, auditoria@tjba.jus.br, auditoria@tre-ba.jus.br.**

Ressalte-se que a adoção desse modelo de endereço de correio eletrônico para todas as auditorias internas do Poder Judiciário, em especial para aquelas que utilizam siglas e/ou façam menção ao termo “controle interno” se mostra benéfica, eis que auxilia nas mudanças ocorridas com o advento das Resoluções CNJ 308 e 309/2020, entre as quais a própria determinação para que essas Unidades façam uso da denominação “Auditoria Interna”, como se vê do art. 74 da última Resolução mencionada, promovendo sua integração.

Não fora isso, a utilização do nome de usuário “auditoria” para o envio e o recebimento de mensagens eletrônicas pelas Unidades de Auditoria do Poder Judiciário reforça e consolida o papel da auditoria como integrante da 3ª linha do Sistema de Controle Interno, marcando sua nova forma de atuação e fortalecendo sua imagem nesse aspecto, em conformidade com as já citadas Resoluções, notadamente os arts. 2º, inciso IV, alínea c, e 74, inciso I, da Resolução CNJ 309/2020, e com as regras internacionais de auditoria, afastando, na espécie, a denominação “controle interno”, que remete à atuação na 2ª linha de defesa, contemplando os controles situados na atividade de gestão (*vide* art. 2º, inciso IV, alínea b, da Resolução CNJ 309/2020).

Por tudo isso, indubitável que a utilização da denominação “auditoria” nos endereços de correio eletrônico, com a padronização em questão, representa importante símbolo das inovações alcançadas, especialmente com a edição das Resoluções CNJ 308 e 309/2020, exercendo considerável papel para a consolidação do novo paradigma que se mostra no atual contexto das auditorias internas do Poder Judiciário, ainda que a reestruturação determinada seja um processo contínuo e não se resuma ao nome da Unidade.

Relevante apontar também a funcionalidade que a adoção do nome de usuário único de correio eletrônico para as Unidades de Auditoria Interna do Poder Judiciário oferece para qualquer parte interessada em utilizar esse meio de comunicação. Sem embargo da transparência necessária quanto aos meios de contato, o padrão recomendado permitirá, por mera dedução, o acesso ao e-mail de determinada Unidade, facilitando a comunicação de forma geral, seja entre as próprias Unidades de Auditoria Interna, seja entre elas e os demais órgãos, estes internos ou externos, como, por exemplo, o Tribunal de Contas. De fato, a padronização em comento facilita a comunicação mediante e-mail.

Portanto, observam-se várias vantagens com a recomendação de padronização dos endereços de correio eletrônico das Unidades de Auditoria Interna do Poder Judiciário, reiterando a contribuição para o fortalecimento da imagem e da integração dessas Unidades.

Oportuno ainda registrar que a implantação da medida recomendada demanda a abertura de chamado para unidade de suporte em tecnologia da informação, sendo possível e recomendável o redirecionamento das mensagens enviadas ao endereço antigo para o novo.

Por fim, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos, por meio do Secretário de Auditoria Interna do TRT da 3ª Região, mediante o endereço de correio eletrônico auditoria@trt3.jus.br ou por meio do telefone 31-99818-5604.

Atenciosamente,

ANTÔNIO CLÁUDIO DOS SANTOS ROSA
Secretário de Auditoria Interna
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região